



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO**

LEI Nº 1.810, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018.

OPREFEITO DO MUNICÍPIO DE CODÓ, ESTADO DO MARANHÃO,
no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

**CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O Orçamento do Município de Codó, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas e riscos fiscais;
- II - a organização e estrutura do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo Único. As prioridades e metas da administração municipal serão estabelecidas em anexo de metas e prioridades apresentado juntamente com o Plano Plurianual para 2018-2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO**

**CAPÍTULO II
DAS METAS E RISCOS FISCAIS**

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I, composto dos seguintes demonstrativos:

- I. Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano 2016;
- II. Demonstrativo das metas para o exercício 2017, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- III. Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- IV. Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- V. Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;
- VI. Demonstrativo dos Riscos Fiscais.

§ 1º Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações presentes, cuja existência é confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município,

§ 2º Também são passivos contingentes, obrigações presentes decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2017 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º Caso se concretize, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, dotações a serem limitadas à emissão de empenhos, obedecida a fonte de recursos correspondente.

**CAPÍTULO III
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2018, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Plano de Desenvolvimento Estrutural



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO**

de Codó - PDEC, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2018, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

§ Iº A programação da despesa na Lei de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2018 observará o atingimento das metas fiscais estabelecidas e atenderá às prioridades e metas estabelecidas no Anexo de que trata o art. Iº e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

- I - Provisão dos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;
- II - Compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
- III - Despesas indispensáveis ao custeio e manutenção da administração municipal;
- IV - Despesas com conservação e manutenção do patrimônio público;
- V - Despesas com investimentos direcionados à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art.4º. O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida na Administração Municipal.

Art. 5º. A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas, sendo que as despesas serão desdobradas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º. A natureza da despesa constante da Lei Orçamentaria Anual será detalhada por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e elementos de despesas.

CAPÍTULO V

**DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO
DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES**

Seção I

Das Diretrizes Gerais



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO**

Art7º. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos.

Art. 8º. A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2018 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, mediante a realização de audiências públicas.

Art. 9º. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2018.

§ Iº Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2018, inclusive da receita corrente líquida para fins de apuração de sua proposta orçamentária, que deverá obedecer ao art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 10, O Orçamento para o exercício de 2018 destinará recursos para a Reserva de Contingência, de até 3% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 80% do total do orçamento para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, (art. 5º, III da LRF).

§ Iº - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Art. 11. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Seção II

Das Limitações de Empenhos

Art. 12. Sempre que verificado que a realização da receita está inferior à prevista e não irá comportar o cumprimento do resultado primário ou quando houver a necessidade de recondução aos limites estabelecidos para a Dívida Consolidada, o Poder Executivo providenciará limitação de empenhos.

Parágrafo Único: Não serão objeto de limitação as Despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do município.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO**

**CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA
MUNICIPAL**

Art. 13. A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, pagamento de precatórios judiciais, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 14. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

**CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM
PESSOAL**

Art. 15. No exercício de 2018, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

- í - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher;
- II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- III - for observado o limite previsto no art. 16 desta Lei.

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § Iº, II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas a concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras bem como admissões ou contratações a qualquer título, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e serem compatíveis com os limites da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 17. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2018, não poderá exceder o limite prudencial de 51,30% Executivo e 5,70% Legislativo, da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 18. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO**

III - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

IV - exoneração de servidores estáveis.

**CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 19. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária que deva ser alterada, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a diretrizes constitucionais e ajustamento às determinações de leis complementares federais.

Art. 20. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 21. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

**CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DÉBITOS JUDICIAIS**

Art. 22. O Poder Judiciário encaminhará à Prefeitura Municipal a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2018, conforme determinam o art. 100 da Constituição Federal e o art. 79 da Constituição do Estado, especificando:

I - número da ação originária;

II - memória de cálculo da correção do valor, quando houver;

III - número do precatório;

IV - tipo de causa julgada;

V - data da autuação do precatório;

VI - nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

VII - valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;

VIII - data do trânsito em julgado.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO**

Art. 23. Para fins de acompanhamento, controle e centralização dos órgãos, os processos referentes ao pagamento de precatórios serão levados à apreciação da Procuradoria-Geral do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

CAPÍTULO X

DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS AO SETOR PRIVADO E A PESSOAS FÍSICAS

Art. 24. A inclusão na Lei Orçamentária de 2018 e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e subvenções sociais deverão atender requisitos mínimos estabelecidos em Decreto Municipal e serem destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos ou pessoas físicas que realizem atividades de natureza assistencial continuada e de interesse público, bem como a realização de atividades culturais, religiosas e tradicionais que não façam parte do calendário oficial do município.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2018 não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de 1/12 (um doze avos) da proposta remetida à Câmara Municipal, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 1º O limite previsto no caput deste artigo não se aplica ao atendimento de despesas com:

- I - obrigações constitucionais ou legais do Município;
- II - ações de prevenção a desastres e calamidades;
- III* projeto ou atividade financiada com recursos vinculados.

§ 2º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 26. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 27. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**GABINETE DO EXECELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE
CODÓ, ESTADO DO MARANHÃO, EM 19 DE ABRIL DE 2017.**


Francisco Nazar Wialiveira
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO**

ANEXOS DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 4º, §§ Iº e 2º, determina que no Anexo de Metas Fiscais serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, e deverá conter os demonstrativos: da avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior; das metas anuais; evolução do patrimônio líquido; avaliação da situação financeira e atuarial e expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

No sentido de manter uma política fiscal responsável, a determinação das metas fiscais para a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDQ, para o exercício de 2018, considerou o cenário macroeconômico interno e externo, analisando os resultados alcançados nos últimos exercícios bem como as perspectivas de desenvolvimento da economia para os próximos anos.

Os indicadores macroeconômicos apontam para uma estabilização da crise com retomada do crescimento nos próximos anos e neste sentido, o Município de Codó, dentro do parâmetro do Estado como um todo apresenta também recuperação, tanto em suas receitas próprias quanto naquelas oriundas de transferências constitucionais.

I. Demonstrativo das Metas Anuais

O Demonstrativo de Metas anuais contempla as informações relativas às receitas (total e primária), despesas (total e primária), resultados primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida, para o ano de 2018 da LDO e para 2019 e 2020, em valores correntes e constantes, abaixo discriminadas:

ESPECIFICAÇÃO	2018		2019		2020	
	Valor Corrente (b)	Valor Constante	Valor Corrente (c)	Valor Constante	Valor Corrente (a)	Valor Constante
	Receita Total	257.049.624,26	246.767.639,29	282.754.586,69	271.444.403,22	311.030.045,35



PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO

Receitas Primárias (I)	256.050.298,57	245.808.286,63	281.655.328,43	270.389.115,29	309.820.861,27	297.428.026,82
Despesa Total	244.552.263,89	234.770.173,33	269.007.490,28	258.247.190,67	295.908.239,31	284.071.909,73
Despesas Primárias (II)	242.258.210,37	232.567.881,96	266.484.031,41	255.824.670,15	293.132.434,55	281.407.137,17
Resultado Primário (III) = (I - II)	13.792.088,20	13.240.404,67	15.171.297,02	14.564.445,14	16.688.426,72	16.020.889,65
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	72.545,55	69.643,73	79.800,11	76.608,10	87.780,12	84.268,91
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-

Verifica-se que os valores das metas projetadas para os anos de 2018 e seguintes, foram obtidos com dados de exercícios anteriores e compatibilizados com a situação econômica atual, constatando-se um esforço crescente de arrecadação fiscal, aliado a uma perspectiva de crescimento econômico mensurado pela variação do PIB do Maranhão, bem como na projeção de incrementos dos níveis dos preços, que eleva a arrecadação estadual e impacta diretamente na economia local.

Especificamente, apresentamos destaque ao valor da dívida consolidada do Município de Codó que, segundo dados obtidos do Balanço Patrimonial 2016, apresenta-se na ordem de R\$ 72.545,55. Dessa forma, considerando que por tratar-se de dados obtidos do exercício anterior e ainda sujeitos a retificação, deixamos de fixar metas para o resultado nominal dos anos subsequentes, por estarem estritamente vinculados à apuração da dívida consolidada final. O demonstrativo será apresentado em anexo específico do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício 2018.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

1 - **receitas primárias** - correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retomo de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações.

2 - **despesas primárias** - correspondem ao total da despesa orçamentária, deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com rémomegarantido.

3 - **resultado primário** - é o resultado das receitas primárias menos as despesas primárias. Indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes Federativos são compatíveis com a sua arrecadação.

4 - **resultado nominal** - representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO

líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

5 - **dívida pública consolidada** - corresponde ao montante total apurado das obrigações financeiras do ente da Federação.

6 - **dívida consolidada líquida - DCL** - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados.

v.

II. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Em reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	234.870.980,00	211.047.194,00	189.841.750,00
Receitas Tributárias	14.860.565,00	10.347.510,00	9.411.053,00
IPTU	450.000,00	391.169,00	428.588,00
ISS	6.500.000,00	4.695.554,00	4.440.915,00
ITBI	401.900,00	602.002,00	282.067,00
IRRF	4.200.000,00	4.266.094,00	3.921.297,00
Outras Receitas Tributárias	3.308.665,00	392.691,00	338.186,00
Receitas de Contribuições	6.000.000,00	4.133.042,00	4.382.110,00
Receitas Previdenciárias			
Outras Receitas de Contribuições	6.000.000,00	4.133.042,00	4.382.110,00
Receita Patrimonial Líquida			*
Receita Patrimonial	1.540.832,00	825.889,00	1.367.101,00
(-) Aplicações Financeiras	1.540.832,00	825.889,00	1.367.101,00
Transferências Correntes	206.846.742,00	196.307.131,00	175.672.750,00
Cota-Parte do FPM	34.600.000,00	33.926.235,00	29.093.216,00
Cota-Parte do ICMS	14.400.000,00	12.208.126,00	11.669.780,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO

Cota-Parte do IPVA	3.000.000,00	1.416.378,00	1.653.506,00
Convênios	1.145.870,00	988.799,00	817.339,00
Outras Transferências Correntes	153.700.872,00	147.767.593,00	132.438.909,00
Demais Receitas Correntes	7.169.673,00	259.511,00	375.837,00
Dívida Ativa			
Diversas Receitas Correntes	7.169.673,00	259.511,00	375.837,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.292.960,00	564.623,00	490.119,00
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital	5.292.960,00	564.623,00	490.119,00
Convênios	5.042.960,00	564.623,00	7.599,00
Outras Transferências de Capital	250.000,00		482.520,00
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.292.960,00	564.623,00	490.119,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) - (I + VI)	240.169.940,00	211.611.817,00	190.331.869,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM, RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/	Até e Bimestre/	Até o Bimestre/	Até o Bimestre/	Em	Em
		2016	2015	2016	2015	2016	2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	215.121.417,00	193.739.651,00	190.583.446,00	193.739.651,00	187.374.909,00	-	3.208.537,00
Pessoal Encargos Sociais	145.332.392,00	136.479.464,00	123.128.082,00	136.479.464,00	123.128.082,00	-	-
Juros e Encargos da Dívida (IX)	244.898,00	155.870,00	327,00	155.870,00	327,00	-	-
Outras Despesas Correntes	69.544.127,00	57.104.317,00	67.455.037,00	57.104.317,00	64.246.500,00	-	3.208.537,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	214.876.519,00	193.583.781,00	190.583.119,00	193.583.781,00	187.374.582,00	-	3.208.537,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	24.639.355,00	8.369.661,00	8.516.955,00	8.369.661,00	8.165.846,00	-	351.109,00
Investimentos	22.722.210,00	6.629.616,00	6.988.585,00	6.629.616,00	6.637.476,00	-	351.109,00

&



PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO

Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos (XII)						-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)						-	-
Demais Inversões Financeiras						-	-
Amortização da Dívida (XIV)	1.917.145,00	1.740.045,00	1.528.370,00	1.740.045,00	1.528.370,00	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	22.722.210,00	6.629.616,00	6.988.585,00	6.629.616,00	6.637.476,00	-	351.109,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.950.000,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) - (X + XV + XVI + XVII)	239.548.729,00	200.213.397,00	197.571.704,00	200.213.397,00	194.012.058,00	-	3.559.646,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) - (VII - XVIII)	621.211,00	11.398.420,00	- 7.239.835,00	11.398.420,00	3.680.189,00	211.611.817,00	186.772.223,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE			
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							

FONTE: Sistema <istema>, Unidade Responsável: <Unidade Responsável>. Emissão: <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>. Assinado Digital mente no dia <dd/mm/aaaa>, às <hh:mm:ss>.

A receita primária total inicialmente estabelecida na Lei Orçamentária Anual de 2016 no montante de R\$ 240.168.940,00, porém a efetiva arrecadação ficou em apenas 211.611.817,00, isto é apenas 88,2% do estimado, em comparação com o exercício de 2015, que a receita primária total foi na ordem de R\$ 190.331.869,00, o exercício de 2016 teve uma variação positiva de 11,2%.

A despesa primária total por sua vez, inicialmente estabelecida no montante de R\$ 239.548.729,00 foi realizada na ordem de R\$ 200.213.397,00.

III. Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00, as metas da Administração Pública Municipal propostas para o período de 2018 a 2020 foram definidas considerando-se o cenário macroeconômico atuar, bem como o incremento da receita projetada com base na expectativa de evolução da economia.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO**

Não foi possível, nessa oportunidade de apresentação da Primeira Lei de Diretrizes Orçamentária da Gestão a comparação das metas fixadas para o exercício 2018 com aquelas de 2017, 2016 e 2015.

IV. Evolução do Patrimônio Líquido

Analisando a tabela acima, observa-se que no período compreendido entre 2015 e 2016 a 2015 manteve-se a situação positiva do patrimônio líquido, não sendo, contudo, possível analisar período maior em decorrência da ausência de informações deixadas pela administração anterior.

V. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Não houve alienação de ativos no exercício 2016. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

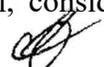
Em atendimento ao disposto no art. 14, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a renúncia da receita foi considerada na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação de receita própria efetiva na Lei Orçamentária e não afetará as metas de resultados fiscais. Com isso, não se fazem necessárias medidas de compensação.

De qualquer forma, o município tem adotado política de recuperação fiscal, através do exercício de suas prerrogativas legais, buscando recuperar créditos tributários decorrentes do não exercício da competência constitucional plena de previsão, arrecadação e efetiva arrecadação de seus tributos ao longo dos últimos anos.

VI. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado. O aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art. 17 da LRF).

A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total, considerando também a modernização do sistema tributário municipal.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO**

Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (*caput* do art. 17 da LRF).

Sendo assim, para estimar o aumento da receita, considerou-se o aumento resultante da variação real do produto interno bruto estadual (PIB), estimado em 2,00% e IGP-DI de 8,0%, para o exercício de 2018. Adicionalmente, foi calculado o aumento de outras despesas permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2018. Tal aumento será provocado por dois fatores: (i) incremento da despesa de pessoal; e (ii) expansão das despesas com amortização da dívida herdadas da gestão anterior que supera o montante de R\$ 50 milhões.

Nos últimos anos, evidencia-se que as despesas de folha de pagamento (previdência e salários e acordos de reestruturação ocorridos em anos anteriores) crescem em ritmo maior que as receitas de arrecadação própria e transferências constitucionais e legais, cujo aumento superou os limites da LRF (58,08% de despesas com pessoal).

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER
CONTINUADO**

 Spsilwfffi	2018
Aumento Permanente da Receita	23.368.147,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	23.368.147,00
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	23.368.147,00
Despesa de Pessoal Total	1.632.581,75
Dívida Pública	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	21.735.565,25

No cálculo das projeções da despesa de pessoal incluem-se: a política remuneratória dos servidores públicos, os encargos patronais; o crescimento vegetativo da despesa de pessoal, sobretudo no que tange às promoções e progressões dos servidores na carreira; e a projeção do impacto com ingressos de novos servidores decorrentes de concursos públicos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO**

**ANEXO
RISCOS FISCAIS**

I-INTRODUÇÃO

O presente anexo tem como objetivo avaliar os principais riscos fiscais durante a execução do orçamento, visando dar maior transparência na apuração dos resultados fiscais, cumprindo o estabelecido no § 3º, artigo 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Neste primeiro ano de mandato, os riscos parecem ser mais evidentes, considerando a ausência de informações precisas sobre a situação econômico-fiscal do município, principalmente no tocante às dívidas existentes.

Durante o exercício financeiro há que se considerar riscos quanto à não confirmação das receitas estimadas, que podem comprometer a realização das despesas fixadas. Trata-se da possibilidade de frustração de parte da arrecadação de determinados tributos ou outras receitas, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis, bem como da não concretização das situações e parâmetros considerados para a projeção.

As receitas constantes do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), a ser enviado à Câmara Municipal, constituem apenas uma previsão, em conformidade com as normas de direito financeiro, uma vez que depende de projeções acerca do comportamento da inflação, PIB, comportamento dos agentes econômicos, entre outros fatores. Portanto, qualquer alteração nas variáveis adotadas para a projeção de receitas constitui também um risco fiscal, haja vista que poderá fazer com que haja uma frustração das mesmas.

Os principais riscos que podem afetar a receita orçamentária são aqueles referentes à variação dos preços (IGP-DI) e ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), uma vez que a receita de FPM, ICMS e transferências vinculadas da União, principais componentes da receita municipal, são impactadas, principalmente, por esses dois elementos.

Outro risco considerável são as ações judiciais a que o município pode estar sujeito em decorrência da existência de passivos financeiros não adimplidos ao longo dos últimos anos e das dívidas já consolidadas, considerando-se os impactos de eventuais variações das taxas de juros, de câmbio e de inflação nas dívidas contratadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ
ESTADO DO MARANHÃO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2016
Passivo Circulante		
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	318.852,83	1.846.845,29
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	1.491.156,84	9.606.936,61
Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	93.237,57
Obrigações de repartições a outros entes	0,00	0,00
Provisões a curto prazo	0,00	0,00
Demais obrigações a curto prazo	789.580,93	536.376,95
Total do passivo circulante	2.599.590,60	32.083.396,42

Da análise do quadro acima, percebe-se um aumento exponencial do passivo do município principalmente aqueles referentes a débitos trabalhistas que possuem forte impacto na situação líquida do município.

Outro Ponto que compõe a matriz de risco das finanças pública é retratado no aumento significativo dos débitos junto a fornecedores, que tem a potencialidade de comprometer as metas anuais pretendidas.